

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 05.05.2006

EMENTÁRIO Nº 2 2 3 1 - 3

14/02/2006

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 273.570-1 MARANHÃO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECORRENTE : MARIZA HELENA FARAY
ADVOGADOS : VALÉRIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO E OUTROS
RECORRIDO : ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADO : PGE-MA - MÁRIO DE SOUSA E SILVA COUTINHO

PENSÃO - CONFLITO DE NORMAS NO TEMPO - REGÊNCIA. A regência da pensão faz-se considerada a legislação em vigor na data do falecimento do servidor, descabendo emprestar a texto de lei ou da Constituição eficácia retroativa, no que prevista a percepção pela totalidade dos vencimentos.

A C Ó R D ã O

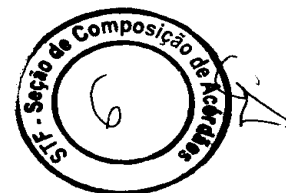
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a presidência do ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conhecer do recurso extraordinário, mas lhe negar provimento, nos termos do voto do relator. Não participou deste julgamento o ministro Carlos Britto.

Brasília, 14 de fevereiro de 2006.

M
MARCO AURÉLIO

-

RELATOR



14/02/2006

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 273.570-1 MARANHÃO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECORRENTE : MARIZA HELENA FARAY
ADVOGADOS : VALÉRIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO E OUTROS
RECORRIDO : ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADO : PGE-MA - MÁRIO DE SOUSA E SILVA COUTINHO

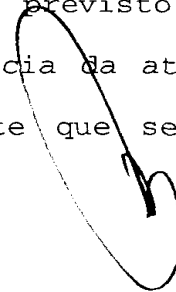
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O Superior Tribunal de Justiça negou acolhida a pedido formulado em recurso ordinário em mandado de segurança, ante fundamentos assim sintetizados (folha 94):

PENSÃO ESPECIAL. FILHA INUPTA DE MAGISTRADO. TOTALIDADE DOS PROVENTOS DO FALECIDO. LEI Nº 6.107/97 (*sic*), ARTS. 201, 202 E 203. ARTIGO 40, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Não se aplica o art. 40, § 5º, da CF/88 ao benefício da pensão especial vitalícia instituída pela Lei Estadual nº 4.468/90 (*sic*).

No recurso extraordinário de folha 96 a 100, interposto com alegada base na alínea "a" do permissivo constitucional, a pensionista articula com a transgressão do artigo 5º, inciso XXXVI, da Carta Política da República. Esclarece que, na qualidade de filha solteira de juiz de direito falecido em 1983, passou a perceber, como sua mãe, 25% do valor dos vencimentos do magistrado e, após a morte da mãe, 50% do total, teto previsto na Lei local nº 4.468/82. Sustenta que, a partir da vigência da atual Constituição, teve direito à integralidade do montante que seria



RE 273.570 / MA

auferido pelo pai, nos termos do disposto no artigo 40, § 5º, da Carta. Aduz que tanto o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão como o Superior Tribunal de Justiça basearam-se no argumento equivocado de que a Lei estadual nº 6.107/94 impediria o implemento da pretensão. Assevera, no entanto, que o referido diploma não pode ser evocado para prejudicar direito adquirido ao benefício. Defende que o limite estabelecido em lei, versado no preceito constitucional, não é o fixado na lei local, mas aquele do artigo 37, inciso XI, da Carta Federal, que estipula os limites máximos de remuneração dos três Poderes.

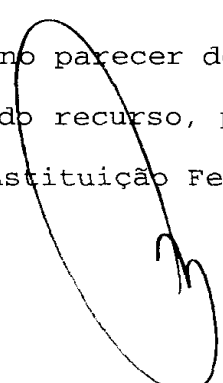
Conforme certificado à folha 103, o recorrido não apresentou contra-razões.

O Juízo primeiro de admissibilidade obstou o trânsito do recurso, que foi processado em razão do provimento dado ao agravo em apenso, quando o ministro Maurício Corrêa, então relator, consignou:

Subam os autos, devidamente processados, para melhor exame.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 115 a 118, preconiza o conhecimento e provimento do recurso, por ser auto-aplicável a norma do § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

É o relatório.

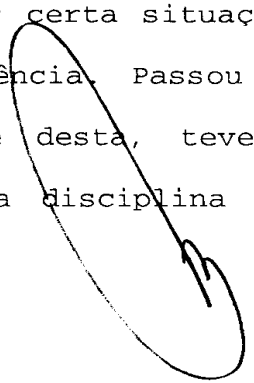


RE 273.570 / MAV O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na interposição deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. Os documentos de folhas 11, 87, anverso e verso, e 101 evidenciam a regularidade da representação processual e do preparo. Quanto à oportunidade, a notícia do acórdão recorrido foi veiculada no Diário de 3 de agosto de 1998, segunda-feira (folha 95), ocorrendo a manifestação do inconformismo em 17 imediato, segunda-feira (folha 96), no prazo assinado em lei.

Note-se haver sido processado o extraordinário a partir de óptica que serve a todo e qualquer recurso. No agravo, simplesmente proclamou-se a subida dos autos "para melhor exame", sem lançar-se fundamentação, no que afastada a decisão de cognição incompleta negativa da origem. Ressalto o fato não só em face da previsão constitucional de que todo e qualquer pronunciamento deve ser fundamentado como também da circunstância de óptica como a estampada no agravo conduzir ao esvaziamento da triagem que hoje é feita, com o rigor peculiar, pelos presidentes dos tribunais, isso quanto ao cabimento do extraordinário.


No mais, a recorrente logrou alcançar certa situação jurídica em 1983, considerada a lei local de regência. Passou a dividir a pensão com a genitora e, com a morte desta, teve-a majorada de 25 para 50%. Há de se atentar para a disciplina da



RE 273.570 / MA

matéria, mormente porque, no tocante a parcelas previdenciárias, os cálculos se nortearam pelo critério atuarial. O servidor falecido, juiz de direito, contribuiu para alcançar a aposentadoria e, falecido, deixar a pensão. O fato de, na Constituição Federal, haver-se disposto sobre o direito à pensão pela totalidade dos vencimentos de servidor falecido não implica a modificação dos parâmetros consolidados em 1983. Se, de um lado, o ditame constitucional é linear, repercutindo no campo federal, estadual e municipal, de outro, não menos correto, é que não veio à balha com eficácia excepcional, como é a retroativa, tendo em conta situações jurídicas já ocorridas. Houvesse acontecido o falecimento em data posterior ao novo texto constitucional, aí sim, mitigando-se o princípio atuarial, seria dado, em prol do valor maior que é o revelado pela supremacia da Carta, do direito assegurado, cogitar da percepção da pensão na percentagem integral.

Conheço do extraordinário e o desprovejo, endossando, assim, as decisões proferidas pelo Juízo e pelo Tribunal de Justiça, salientando que o mesmo enfoque prevaleceria caso a Constituição Federal de 1988, em vez de prever a totalidade, viesse a reduzir percentagem já observada.



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 273.570-1**

PROCED.: MARANHÃO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.: MARIZA HELENA FARAY

ADVDO.: VALÉRIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO E OUTROS


RECD.: ESTADO DO MARANHÃO

ADV.: PGE-MA - MÁRIO DE SOUSA E SILVA COUTINHO

Decisão: A Turma conheceu do recurso extraordinário, mas lhe negou provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou deste julgamento o Ministro Carlos Britto. 1ª Turma, 14.02.2006.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Ministro Carlos Britto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador